

# A SOCIEDADE ESCOLHERÁ A RECESSÃO QUE DESEJA

Para quebrar a espinha dorsal da inflação - que, apesar de ter despencado dos 84% registrados em março, ainda se mantém num patamar muito alto, de 10% ao mês - o governo tem em mãos poderosos instrumentos de controle da moeda. Desde junho o Banco Central vem seguindo uma rigorosa política monetária, cujo resultado mais expressivo é a redução da base monetária de Cr\$ 921 bilhões no final de

maio para menos de Cr\$ 770 bilhões no dia 27 de agosto, com uma queda de mais de 16% num período de três meses em que a inflação acumulou 34%. Se utilizar implacavelmente os instrumentos de que dispõe, o Banco Central promoverá um enxugamento ainda maior ao longo deste mês.

O principal desses instrumentos é o acerto das contas das instituições financeiras que, por não disporem de cruzados novos em quantidade suficiente para honrar seus compromissos junto ao Banco Central quando da edição do Plano Collor, receberam financiamento do próprio BC. Esse financiamento vence no próximo dia 17 e totaliza cerca de Cr\$ 900 bilhões, mais do que o saldo da base monetária hoje. É claro, por isso, que o Banco Central não tem condições de exigir todo o pagamento de uma só vez. A exigência, porém, será tanto maior quanto maior for a resistência da inflação.

O presidente Fernando Collor de Mello trava uma luta obstinada contra a inflação, por entender que, sem derrotá-la, não será possível modernizar a economia brasileira. O governo congelou indiscriminadamente haveres financeiros das empresas e das famílias, para poder restaurar a dignidade da moeda nacional. Acabou com o sistema de indexação automática de salários e preços para extinguir o processo de realimentação inflacionária, contrariando interesses de empresários e trabalhadores. Iniciou uma reforma administrativa que já resultou em cortes de despesas como nunca se viu antes na história do Brasil. Como resultado,

**Ao PT, como à CUT, o pacto não interessa, porque não estão interessados no fim da crise.**

apresenta a reorganização das finanças públicas, expressas nos seguidos resultados positivos do Tesouro Nacional.

Com a determinação que o momento exigia, o governo cortou o déficit público - e, com isso, estancou a principal fonte de inflação do setor público. Fez o que lhe cabia e era exigido pela sociedade. Sem o combustível do déficit público, a inflação

alimenta-se agora da "cultura inflacionária" expressa na indexação disfarçada, na política dos cartéis, nos lucros abusivos de certas empresas, nas reivindicações absurdas de certas lideranças sindicais. Para lutar contra esse tipo de comportamento o governo só dispõe do arrocho monetário, que será tanto mais doloroso do ponto de vista social - redução dos negócios, queda da produção, queda do salário real, desemprego, insolvência - quanto maior for a resistência ao fim da inflação.

A sociedade tem hoje a possibilidade de escolher entre esse caminho penoso e uma saída negociada que implique menos sacrifícios para todos. Líderes empresariais e sindicais estão sendo chamados para discutir com o governo, a partir desta quarta-feira, o grau de recessão que deveremos suportar até que a inflação ceda.

O pacto, sem dúvida, representaria sofrimentos menores para a sociedade. No entanto, deve-se ver com ceticismo a possibilidade de se chegar a ele. Por ressentimento ou razões político-ideológicas, há políticos que buscam a vitória nas urnas apenas para derrotar o plano de combate à inflação. Não é outro, por exemplo, o objetivo de Plínio Sampaio que, em entrevista publicada ontem, no JT, não hesitou em afirmar que quer ser governador de São Paulo para ter mais força para destruir o plano.

Ao PT, como à CUT, o pacto não interessa, porque não estão interessados no fim da crise.